

Diário do Legislativo de 20/08/2008

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Roberto Carvalho - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Tiago Ulisses - PV

3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr. - PDT

LIDERANÇAS

LIDERANÇA DO BLOCO SOCIAL DEMOCRATA – BSD (PSDB--PTB--PHS-PMN-PR-PRTB)

Líder: Deputado Luiz Humberto Carneiro

Vice-Líderes: Deputados Ademir Lucas (PSDB) e Célio Moreira (PSDB) e Deputada Ana Maria Resende (PSDB)

LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR SOCIAL – BPS (PV-PSB-PPS-PSC)

Líder: Agostinho Patrús Filho

Vice-Líderes: Deputados Rômulo Veneroso (PV) e Wander Borges (PSB)

LIDERANÇA DO DEM

Líder: Deputado Jayro Lessa

Vice-Líder: Deputada Maria Lúcia Mendonça

LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Deputado Gilberto Abramo

Vice-Líder: Deputado Adalclever Lopes

LIDERANÇA DO PT:

Líder: Deputado Almir Paraca

Vice-Líder: Deputada Elisa Costa

LIDERANÇA DO PDT

Líder: Deputado Sebastião Helvécio

Vice-Líder: Deputado Carlos Pimenta

LIDERANÇA DO PP

Líder: Deputado Dimas Fabiano

Vice-Líder: Deputado Pinduca Ferreira

LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Deputado Mauri Torres

Vice-Líderes: Deputado Gil Pereira (PP), Deputado Paulo Cesar (PDT) e Neider Moreira (PPS)

LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder: Deputado Domingos Sávio

LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Deputado Paulo Guedes

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Elmiro DEM Presidente
Nascimento

Deputado Ademir BSD Vice-Presidente
Lucas

Deputado Domingos Sávio BSD

Deputado Inácio PV
Franco

Deputado Ivair PMDB
Nogueira

Deputado André PT
Quintão

Deputado Chico BSD
Uejo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Delvito Alves DEM

Deputado Mauri Torres BSD

Deputado Dalmo Ribeiro BSD
Silva

Deputado Luiz Humberto BSD
Carneiro

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputada Elisa Costa PT

Deputado Juninho Araújo BSD

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Weliton PT Presidente
Prado

Deputado Ronaldo BSD Vice-Presidente

Magalhães

Deputado Ademir BSD
Lucas

Deputado Padre PT
João

Deputado Wander BSD
Borges

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Paulo PT
Guedes

Deputado Eros BSD
Biondini

Deputado Sebastião BSD
Costa

Deputado Durval PT
Ângelo

Deputado Doutor BSD
Rinaldo

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Dalmo BSD Presidente
Ribeiro Silva

Deputado Gilberto PMDB Vice-Presidente
Abramo

Deputado BSD
Sebastião Costa

Deputado Delvito DEM
Alves

Deputado Neider PP
Moreira

Deputado Hely PV
Tarquínio

Deputado PDT
Sargento Rodrigues

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Ademir BSD
Lucas

Deputado Adalclever PMDB
Lopes

Deputado Zé Maia BSD

Deputado Gustavo Valadares DEM

Deputado Dimas Fabiano PP

Deputado Délio Malheiros PV

Deputado Sebastião Helvécio PDT

COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Gláucia Brandão BSD Presidente

Deputado Dimas Fabiano PP Vice-Presidente

Deputado Antônio Genaro BSD

Deputada Maria Lúcia Mendonça DEM

Deputada Rosângela Reis PV

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dalmo Ribeiro Silva BSD

Deputado Vanderlei Jangrossi PP

Deputada Ana Maria Resende BSD

Deputado Ruy Muniz DEM

Deputado Hely Tarquínio PV

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Délio Malheiros PV Presidente

Deputado Carlos Pimenta PDT Vice-Presidente

Deputado Célio BSD

Moreira

Deputado Walter BSD
Tosta

Deputado Antônio PMDB
Júlio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio Franco PV

Deputado Sebastião PDT
Helvécio

Deputado Ronaldo BSD
Magalhães

Deputado Neider Moreira BSD

Deputado Sávio Souza PMDB
Cruz

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Durval PT Presidente
Ângelo

Deputado Luiz PMDB Vice-Presidente
Tadeu Leite

Deputado João BSD
Leite

Deputado Zé Maia BSD

Deputado Ruy DEM
Muniz

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Weliton Prado PT

Deputado Vanderlei PMDB
Miranda

Deputado Djalma Diniz BSD

Deputado Walter Tosta BSD

Deputado Antônio Carlos BSD
Arantes

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Deiró BSD Presidente
Marra

Deputada Maria DEM Vice-Presidente
Lúcia Mendonça

Deputada Ana BSD
Maria Resende

Deputado Vanderley PP
Jangrossi

Deputado Carlin PCdoB
Moura

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Wander BSD
Borges

Deputado Ruy Muniz DEM

Deputado Lafayette de BSD
Andrada

Deputado Gil Pereira PP

Deputado Almir Paraca PT

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Zé Maia BSD Presidente

Deputado Jayro DEM Vice-Presidente
Lessa

Deputado Lafayette BSD
de Andrada

Deputado Antônio PMDB
Júlio

Deputada Elisa PT
Costa

Deputado Agostinho PV
Patrús Filho

Deputado Sebastião PDT
Helvécio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen Santiago BSD

Deputado Antônio Carlos BSD
Arantes

Deputado Célio Moreira BSD

Deputado Ivair Nogueira PMDB

Deputado André Quintão PT

Deputado Rômulo PV
Veneroso

Deputado Carlos Pimenta PDT

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sávio PMDB Presidente
Souza Cruz

Deputado Fábio BSD Vice-Presidente
Avelar

Deputado Almir PT
Paraca

Deputado Inácio PV
Franco

Deputado Wander BSD
Borges

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Ronaldo BSD
Magalhães

Deputado Padre João PT

Deputado Rômulo PV
Veneroso

Deputado Deiró Marra BSD

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado André PT Presidente
Quintão

Deputado Eros BSD Vice-Presidente
Biondini

Deputado João BSD
Leite

Deputado Gustavo DEM
Valadares

Deputado Carlin PCdoB
Moura

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Padre João PT

Deputado Fábio Avelar BSD

Deputado Domingos BSD
Sávio

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputado Adalclever PMDB
Lopes

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Vanderlei PP Presidente
Jangrossi

Deputado Padre PT Vice-Presidente
João

Deputado Getúlio PMDB
Neiva

Deputado Antônio BSD
Carlos Arantes

Deputado Chico BSD
Uejo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gil Pereira PP

Deputada Cecília PT
Ferramenta

Deputado Gilberto PMDB
Abramo

Deputado Delvito Alves DEM

Deputado Deiró Marra BSD

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Lafayette de Andrada BSD Presidente

Deputado Agostinho Filho Patrús PV Vice-Presidente

Deputada Gláucia Brandão BSD

Deputado Gilberto Abramo PMDB

Deputado Vanderlei Jangrossi PP

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado João Leite BSD

Deputado Veneroso Rômulo PV

Deputado Ademir Lucas BSD

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Dimas Fabiano PP

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9h15min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Carlos Mosconi BSD Presidente

Deputado Tarquínio Hely PV Vice-Presidente

Deputado Muniz Ruy DEM

Deputado Pimenta Carlos PDT

Deputado Rinaldo Doutor BSD

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen Santiago BSD

Deputada Rosângela PV
Reis

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputado Paulo Cesar PDT

Deputado Juninho Araújo BSD

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PDT Presidente
Sargento Rodrigues

Deputado Paulo PDT Vice-Presidente
Cesar

Deputado Délio PV
Malheiros

Deputado PMDB
Adalclever Lopes

Deputado DEM
Leonardo Moreira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Carlos Pimenta PDT

Deputado Sebastião PDT
Helvécio

Deputado Rômulo PV
Veneroso

Deputado

Deputado Jayro Lessa DEM

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada PV Presidente
Rosângela Reis

Deputada Elisa PT Vice-Presidente
Costa

Deputado Walter BSD
Tosta

Deputado BSD
Domingos Sávio

Deputado Antônio BSD
Carlos Arantes

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio Franco PV

Deputado Almir Paraca PT

Deputado Bráulio Braz BSD

Deputado Carlos Mosconi BSD

Deputada Maria Lúcia DEM
Mendonça

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gustavo DEM Presidente
Valadares

Deputado Juninho BSD Vice-Presidente
Araújo

Deputado Paulo PT
Guedes

Deputado Djalma BSD
Diniz

Deputado Gil PP
Pereira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputado Chico Uejo BSD

Deputado Inácio Franco PV

Deputado Zezé Perrella BSD

Deputado Vanderlei PP
Jangrossi

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PMDB Presidente
Vanderlei Miranda

Deputado Bráulio BSD Vice-Presidente
Braz

Deputado Eros BSD
Biondini

Deputado Zezé BSD
Perrella

Deputada Cecília PT
Ferramenta

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Getúlio Neiva PMDB

Deputado Célio Moreira BSD

Deputado Luiz Humberto BSD
Carneiro

Deputado Neider Moreira BSD

Deputado Almir Paraca PT

OUVIDORIA PARLAMENTAR

OUVIDOR-GERAL: Deputado Inácio Franco (PV)

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 6/8/2008

Às 9h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Carlos Mosconi, Hely Tarquínio e Doutor Rinaldo, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Carlos Mosconi, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Doutor Rinaldo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios do Sr. Wanderlino Teixeira de Carvalho, Presidente da Associação Brasileira de Agências de Regulação, e do Sr. Paulo Cezar Neves Marques, Promotor de Justiça de Defesa do Consumidor, publicados no "Diário do Legislativo" de 26/7/2008. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projeto de Lei nºs 1.349/2007, em 1º turno (Deputado Doutor Rinaldo); 2.580/2008, em turno único, e 2.429/2008, no 1º turno (Deputado Carlos Pimenta); 2.494/2008, em turno único (Deputado Hely Tarquínio). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são

aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 2.360/2008 (relator: Deputado Carlos Pimenta); 2.373 e 2.433/2008 (relator: Deputado Hely Tarquínio). Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 2.623, 2.629, 2.632, 2.646, 2.649 e 2.677/2008, este com a Emenda nº 1. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 2.288, 2.345, 2.347, 2.253 e 2.278/2008. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Carlos Mosconi em que solicita se peça à Gerência de Vigilância Sanitária de Alimentos da Secretaria de Estado de Saúde seja feita a análise do nível de contaminação por agrotóxicos também com amostras de alimentos oriundos de Municípios do interior do Estado, e não apenas da Capital; seja encaminhada à Gerência de Auditoria Assistencial da Secretaria de Estado de Saúde; para providências cabíveis, denúncia recebida pela Comissão de Saúde relativa ao mau atendimento prestado por médico e profissionais de enfermagem no Hospital João XXIII; seja enviada à Secretaria de Atenção à Saúde - SAS -, do Ministério da Saúde, pedido de realização de estudos sobre a viabilidade da inclusão do tratamento escleroterápico de varizes com espuma (polidocanol) na Tabela de Procedimentos do SUS; Carlos Mosconi, Doutor Rinaldo e Hely Tarquínio em que solicitam seja enviada manifestação de solidariedade desta comissão à família do Deputado Paulo Cesar, que se encontra hospitalizado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de agosto de 2008.

Carlos Mosconi, Presidente - Ruy Muniz - Sargento Rodrigues - Carlos Pimenta.

ATA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 6/8/2008

Às 10h6min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Sávio Souza Cruz, Fábio Avelar, Almir Paraca, Inácio Franco e Wander Borges, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sávio Souza Cruz, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Inácio Franco, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e discutir, em audiência pública, o Projeto de Lei nº 1.444/2007, do Governador do Estado, que revoga o art. 2º do Decreto nº 20.597, de 4/6/80, o qual dispõe sobre a desafetação de áreas de proteção ambiental situadas nos Municípios de Lagoa Santa, Pedro Leopoldo e Matozinhos. O Presidente comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios do Sr. Jarbas Soares Júnior, Procurador-Geral de Justiça, referente à adoção de medidas necessárias à preservação do Patrimônio Natural, Arqueológico, Histórico, Turístico, Paisagístico e Arquitetônico do Conjunto da Serra da Moeda; do Sr. Carlo Facondini, Procurador da Interligação Elétrica de Minas Gerais S.A. - Iemg; e do Deputado Federal Ricardo Trípoli e do Senador Renato Casagrande, publicado no "Diário do Legislativo", em 2/8/2008. O Presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 1.269/2007, em 1º turno, para receber parecer sobre emendas apresentadas em Plenário e comunica que avocou a si a relatoria da matéria. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir as Sras. Maria Coeli Simões Pires, Secretária Adjunta da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana de Minas Gerais; Maria Dalce Ricas, Superintendente Executiva da Associação Mineira de Defesa do Ambiente - Amda; e Silvano Geralda Correia, assistente administrativa da Prefeitura Municipal de Pedro Leopoldo, representando o Sr. Marcelo Jerônimo Gonçalves, Prefeito desse Município; e os Srs. Ilmar Bastos, Subsecretário de Gestão Ambiental Integrada, representando o Sr. Shelley Carneiro de Souza, Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável em exercício; Eduardo Carlos Jardim Mozelli, assessor da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais, representando o Sr. Raphael Guimarães Andrade, Secretário em exercício dessa Pasta; Carlos Eduardo Ferreira Pinto, Promotor de Justiça de Defesa do Rio São Francisco; Alisson José Coutinho, Superintendente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais - Ibama - em Belo Horizonte; Aurélio Tomayno de Melo, Chefe da Seção de Aviação Civil, representando o Sr. Enzo Schiavo Filho, Gerente Regional da Agência Nacional de Aviação Civil - Anac; Leonardo Bernardo Maciel da Purificação, Secretário Municipal de Turismo e Meio Ambiente de Matozinhos, representando o Sr. Adão Pereira dos Santos, Prefeito desse Município; e Erly de Oliveira, Vice-Prefeito do Município de Confins, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Almir Paraca, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Os Deputados Wander Borges, Almir Paraca e Inácio Franco se ausentam da reunião. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião e comunica que não há quórum para a apreciação das matérias constantes na 2ª Fase da Ordem do Dia, que compreende a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. O Presidente recebe os requerimentos do Deputado Vanderlei Miranda, em que solicita a realização de audiência pública conjuntamente com a Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo, para obter informações sobre os critérios a serem adotados no período de defeso (piracema) no ano de 2008, assim como as estatísticas das operações de defeso realizadas nos anos de 2006 e 2007; e dos Deputados Fábio Avelar, Gláucia Brandão e João Leite, membros da Frente Parlamentar em Prol da Região Metropolitana de Belo Horizonte, em que solicitam a realização de reunião com convidados para debater a questão dos resíduos sólidos, em especial conhecer o trabalho do Centro Mineiro de Referência em Resíduos, que serão apreciados oportunamente. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece aos convidados e demais participantes, pela presença e pelos importantes subsídios prestados a esta Comissão, agradece o comparecimento dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de agosto de 2008.

Fábio Avelar, Presidente - Wander Borges - Inácio Franco - Almir Paraca.

ATA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 7/8/2008

Às 9h8min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Durval Ângelo, João Leite e Delvito Alves (substituindo este ao Deputado Ruy Muniz, por indicação da Liderança do DEM), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado João Leite, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta e comunica o recebimento de ofícios dos Srs. Helder Santos Amorim, Procurador do Trabalho da 3ª Região, solicitando informações sobre o problema referente ao atendimento médico dos trabalhadores aposentados da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, o qual foi objeto de requerimento desta Comissão; Adirson dos Santos Lana e José Eduardo Ferreira, detentos da Penitenciária Regional de Três Corações e do Presídio Regional de São Joaquim de Bicas, respectivamente, solicitando assistência com relação a seus processos criminais; Adilson Baldanza, pedindo orientação quanto ao trabalho do filho, envolvido com o tráfico de drogas e contra quem foi expedido mandado de prisão; e da Sra. Patrícia Vialli Nicolini, Juíza de Direito da Comarca de Cambuí, solicitando providências com relação à situação do apenado Fabiano Vieira da Costa, preso na cadeia local em celeria sem condições de abrigá-lo; e da seguinte correspondência, publicada no "Diário do Legislativo" nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios dos Srs. Luiz Antônio Pagot, Diretor-Geral do DNIT, e Francisco de Assis Machado (3/7/2008); Marco Antônio Monteiro de Castro, Chefe da Polícia Civil, e Jarbas Soares Júnior, Procurador-Geral de Justiça (10/7/2008); Antonio Augusto Anastasia, Vice-Governador do Estado; Joaquim José Miranda Júnior, Coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias Criminais, de Execução Penal, do Tribunal do Júri e da Auditoria Militar - CAOCrim -; Elionaldo Magalhães, Diretor-Presidente da Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU -, e Marco Antônio Monteiro de Castro, Chefe da Polícia Civil; da Sra. Maria da Conceição Sampaio, Delegada de Polícia da Delegacia de Orientação e Proteção à Família de Contagem, e do Sr. Alex Fernandes Santiago, Coordenador (substituto) do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Urbanismo e Habitação - CAO-MA (17/7/2008); do Ten.-Cel. BM Waldir Figueiredo Vieira, Comandante do 2º BBM; e dos Srs. Maurício Campos Jr., Secretário de Defesa Social, e José Elcio Santos Monteze, Diretor-Geral do DER-MG (26/7/2008). O Presidente leva ao conhecimento dos Deputados que a audiência desta Comissão e da de Saúde com o Sr. Marcus Pestana, Secretário de Saúde, com o objetivo de propor a criação

de um centro de referência para doenças pulmonares, especialmente a hipertensão arterial pulmonar, está agendada para o dia 19/8/2008, às 14 horas. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 2.407/2008 (relator: Deputado Luiz Tadeu Leite), que recebeu parecer por sua aprovação. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Durval Ângelo (11), em que pede sejam solicitadas às Secretarias de Saúde do Estado e do Município de Belo Horizonte providências para a elaboração de estudo sobre as doenças e ocorrências verificadas nos atendimentos realizados na região do Bairro Camargos, em Belo Horizonte, em função da poluição proveniente da incineração de resíduos hospitalares e lixo industrial, efetuada pela Serquip; sejam solicitadas ao Ministério da Saúde providências para que a Secretaria de Vigilância em Saúde promova ações de vigilância ambiental, com o acompanhamento da população do referido bairro, em face da citada incineração; seja solicitado à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte que estude a possibilidade de incentivar a transferência das instalações da Serquip no Bairro Camargos, que estariam em desacordo com o art. 9º da Resolução nº 316, de 29/10/2002, do Conama; seja solicitada à Fundação Estadual do Meio Ambiente - Feam - a suspensão da licença concedida à Serquip para efetuar o transporte de resíduos hospitalares, até o término do processo de renovação de seu licenciamento ambiental junto à Secretaria de Meio Ambiente de Belo Horizonte, e a elaboração de parecer sobre as atividades dessa empresa, no que se refere ao tratamento de resíduos; seja encaminhada ao Ministério Público, à Feam, à Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e à Secretaria de Meio Ambiente de Belo Horizonte cópia das notas taquigráficas da reunião desta Comissão em 4/8/2008, para que adotem as providências cabíveis com relação à Serquip; seja solicitado à Secretaria de Meio Ambiente de Belo Horizonte que busque o apoio técnico da Fundação Estadual de Meio Ambiente - Feam - no processo de renovação da licença concedida à Serquip; sejam solicitadas à Secretaria de Meio Ambiente de Belo Horizonte informações quanto à ocorrência de incineração irregular de detritos hospitalares e lixo industrial no Município; sejam solicitadas à Presidência da Fhemig informações sobre os tipos de resíduos hospitalares recolhidos para incineração pela Serquip, nas unidades dessa Fundação, especialmente no Hospital João XXIII (Pronto Socorro), e o custo mensal desse serviço; sejam solicitadas ao Corregedor-Geral da PMMG informações sobre as providências tomadas em relação à denúncia apresentada pela Sra. Jussara Aparecida Emiliano e contida no Ofício nº 2.466/2007/SGM; e seja encaminhada ao Presidente do STF manifestação de apoio desta Comissão à homologação e demarcação da Reserva Indígena Raposa Serra do Sol, no Estado de Roraima; João Leite, em que pede sejam solicitadas à Feam providências para verificação do cumprimento, pela Serquip, da Lei nº 13.796, de 2008, que proíbe o armazenamento de resíduos tóxicos do Estado; e Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja encaminhada ao Gerente Regional do INSS em Belo Horizonte cópia das notas taquigráficas da audiência pública realizada por esta Comissão em Pouso Alegre, em 10/7/2008, e sejam solicitadas à mesma autoridade as informações que especifica, referentes aos serviços de perícia médica desse Instituto e à concessão de aposentadoria por invalidez nos Municípios de Pouso Alegre, Teófilo Ottoni, Sabará, Barbacena, Varginha e Conselheiro Lafaiete. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de agosto de 2008.

Durval Ângelo, Presidente - Antônio Carlos Arantes - João Leite.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 73ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 20/8/2008

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 18.512, que disciplina o Acordo de Resultados e o Prêmio por Produtividade no âmbito do Poder Executivo e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto .

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 429/2007, do Deputado Leonardo Moreira, que disciplina o funcionamento de estabelecimentos comerciais de desmonte de veículos automotores e dá outras providências. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. No decorrer da discussão, foi apresentado ao projeto o Substitutivo nº 1.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.453/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Araxá o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.454/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Vargem Grande do Rio Pardo o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de

Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 2.598/2008, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica regime especial de tributação concedido ao setor de fabricação de tubos e acessórios de material plástico para uso na construção civil, nos termos do art. 225, da Lei nº 6.763, de 26/12/75.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 342/2007, do Deputado Doutor Viana, que estabelece diretrizes para facilitar o acesso de pessoa portadora de deficiência física, visual ou com mobilidade reduzida em espaço público no Estado. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 116/2007, do Deputado André Quintão, que dispõe sobre a contratação de consórcios públicos no Estado e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública perdeu prazo para emitir parecer. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 601/2007, do Deputado Célio Moreira, que acrescenta dispositivo à Lei nº 15.778/2005, de 26/10/2005, que torna obrigatório equipar com aparelho desfibrilador cardíaco os locais, veículos e estabelecimentos que menciona. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9h15min DO DIA 20/8/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 2.399/2008, do Deputado Walter Tosta.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.494/2008, da Deputada Elisa Costa; 2.580/2008, do Deputado Leonardo Moreira.

Requerimento nº 2.786/2008, da Comissão de Direitos Humanos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 horas DO DIA 20/8/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: obter, em audiência pública, esclarecimentos sobre denúncias apresentadas contra a ex-Diretora da Escola Estadual Tibiriça, desta Capital.

Discutir e votar proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 horas DO DIA 20/8/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 1.523/2007, do Deputado Domingos Sávio; 2.219 e 2.220/2008, do Deputado Doutor Rinaldo; 2.298/2008, do Deputado Agostinho Patrús Filho; 2.451 e 2.452/2008, do Governador do Estado.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.888/2007, do Governador do Estado; 327/2007, do Deputado Zé Maia; 2.164/2008, do Governador do Estado; 2.174/2008, do Deputado Dinis Pinheiro; 2.573, 2.575, 2.576 e 2.614/2008, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14h30min DO DIA 20/8/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14h30min DO DIA 20/8/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 2.548/2008, do Deputado Dimas Fabiano.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14h30min DO DIA 20/8/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 555/2007, do Deputado Sebastião Costa.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 2.772/2008, do Deputado Inácio Franco; 2.773/2008, do Deputado Vanderlei Jangrossi.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 horas DO DIA 20/8/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.880/2007, do Deputado Wander Borges.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 2.768/2008, do Deputado Almir Paraca; 2.777/2008, do Deputado Délio Malheiros; e 2.781/2008, do Deputado Inácio Franco.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 horas DO DIA 21/8/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembléia para as 9 e 20 horas do dia 20/8/2008, destinadas, ambas, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; e, na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos, e, 2ª Fase, à apreciação do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 18.512, que disciplina o Acordo de Resultados e o Prêmio por Produtividade no âmbito do Poder Executivo e dá outras providências; do Projeto de Resolução nº 2.598/2008, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica regime especial de tributação concedido ao setor de fabricação de tubos e acessórios de material plástico para uso na construção civil, nos termos do art. 225, da Lei nº 6.763, de 26/12/75; dos Projetos de Lei nºs 116/2007, do Deputado André Quintão, que dispõe sobre a contratação de consórcios públicos no Estado e dá outras providências; 342/2007, do Deputado Doutor Viana, que estabelece diretrizes para facilitar o acesso de pessoa portadora de deficiência física, visual ou com mobilidade reduzida em espaço público no Estado; 429/2007, do Deputado Leonardo Moreira, que disciplina o funcionamento de estabelecimentos comerciais de desmonte de veículos automotores e dá outras providências; 601/2007, do Deputado Célio Moreira, que acrescenta dispositivo à Lei nº 15.778, de 26/10/2005; 2.453/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Araxá o imóvel que especifica; e 2.454/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Vargem Grande do Rio Pardo o imóvel que especifica; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 19 de agosto de 2008.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

EMENDA Nº 1 ao projeto de lei nº 2.591/2008

Acrescente-se ao art. 1º o seguinte § 4º:

" Art. 1º - (...)

§ 4º - Na abertura dos créditos suplementares de que trata o "caput", o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais destinará R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) para as obras de construção do prédio do novo Fórum da Comarca de Patos de Minas".

Sala das Comissões, 19 de agosto de 2008.

Elmiro Nascimento

Justificação: Construído em 1933 e tombado pelo Patrimônio Histórico Municipal, o edifício que abriga o Fórum de Patos de Minas há muitos anos já não condiz com a realidade da Comarca, que conta hoje com mais de 150 mil habitantes e abrange quatro Municípios. O antigo prédio não comporta a demanda atual, dificultando o trabalho dos servidores e operadores do direito e, principalmente, o acesso da população aos serviços.

Em recente visita ao TJMG, acompanhado do Prefeito Municipal de Patos de Minas, de juízes da Comarca, dos presidentes da Amagis e da 45ª Subseção da OAB-MG, pude levar ao Presidente do Tribunal, Desembargador Orlando Adão Carvalho, a nossa reivindicação. Ciente e sensível a essa realidade, o próprio Presidente do TJMG sugeriu que, quando do encaminhamento desta proposição pelo Governador, apresentássemos emenda destinando R\$1.000.000,00 para o início das obras de construção do prédio do novo Fórum da Comarca de Patos de Minas.

Para a concretização deste projeto, fruto de um sonho da sociedade e dos poderes públicos locais, cumpre registrar que Patos de Minas conta hoje com um moderno centro administrativo, que busca agregar todos os órgãos públicos em uma mesma área, sendo que já foi disponibilizado um terreno para a construção do novo Fórum.

Por esses motivos, espero merecer de meus pares a aprovação a esta emenda.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 1.961/2007

Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática

Relatório

De autoria do Deputado Wanderlei Miranda, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública a Fundação Algot Svensson, com sede no Município de Belo Horizonte.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 1.961/2007 pretende declarar de utilidade pública a Fundação Algot Svensson, com sede no Município de Belo Horizonte, que tem como finalidade precípua o desenvolvimento de atividades nas áreas de educação e cultura.

Para consecução de sua meta, promove a educação básica, profissionalizante, superior, cursos livres e transculturais, mediante a manutenção e execução do ensino em suas unidades e instituições conveniadas, incentiva a profissionalização com vistas à inserção e à requalificação para o mercado de trabalho, produz e veicula programas de radiodifusão com fins educativos e culturais, executa serviços de transmissão, retransmissão e repetição de televisão, edita livros, revistas, filmes e desempenha atividades complementares.

Na área social, desenvolve atividades visando à proteção da saúde e ao amparo da família, mediante atendimento à criança, à terceira idade, à gestante e aos portadores de necessidades especiais.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.961/2007 em turno único.

Sala das Comissões, 19 de agosto de 2008.

Maria Lúcia Mendonça, relatora.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.262/2008

Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática

Relatório

De autoria da Deputada Cecília Ferramenta, o projeto de lei em tela tem por objetivo dar denominação a escola estadual do Município de Ipatinga.

A proposição foi enviada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Vem agora a matéria a este órgão colegiado para deliberação conclusiva, nos termos do art. 103, I, "b", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.262/2008 pretende dar a denominação de Escola Estadual Engenheiro Amaro Lanari Júnior à escola estadual situada na Avenida Pedro Nolasco, nº 700, Bairro Ideal, no Município de Ipatinga.

O Bairro Ideal, onde se encontra o educandário que se pretende denominar, foi construído pela Usiminas para abrigar seus funcionários e familiares. A escola estadual também foi edificada com investimentos dessa empresa. O fato de financiar a infra-estrutura para proporcionar à comunidade boas condições de educação ampliou a identificação dos moradores locais com a siderúrgica.

Em decorrência disso, a comunidade escolar, reconhecendo a importância de tal parceria, manifestou-se favorável a que se preste uma homenagem ao primeiro Presidente da Usiminas, Engenheiro Amaro Lanari Júnior, emprestando seu nome para denominar a escola local.

Cabe destacar que o homenageado foi presidente da Acesita – Aços Especiais Itabira – em 1956, participou da primeira missão brasileira designada para tratar da associação de Minas com entidades japonesas para a instalação da Usiminas, chefiou o grupo de trabalho que estabeleceu as bases para de concretização dessa siderúrgica, entre outras atividades. Em janeiro de 1958, foi eleito Presidente da empresa, cargo que ocupou até 1978.

Em reconhecimento ao seu trabalho, que muito colaborou para o desenvolvimento da economia mineira, consideramos justa a homenagem que lhe está sendo concedida.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.262/2008 em turno único.

Sala das Comissões, 19 de agosto de 2008.

Maria Lúcia Mendonça, relatora.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.417/2008

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do Deputado André Quintão, o projeto de lei em tela tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação Resol - Redes de Solidariedade para a Educação -, com sede no Município de Montes Claros.

A proposição foi publicada no "Diário do Legislativo" de 30/5/2008 e encaminhada a esta Comissão para exame preliminar dos aspectos

jurídico, constitucional e legal, conforme dispõe o art. 188, combinado com o art. 102, III, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.417/2008 objetiva declarar de utilidade pública a Associação Resol - Redes de Solidariedade para a Educação, com sede no Município de Montes Claros.

Os requisitos para que as associações e fundações em funcionamento no Estado sejam declaradas de utilidade pública estão enunciados no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998.

Pelo exame da documentação que instrui o processo, constata-se o atendimento às exigências mencionadas no referido dispositivo, pois ficou comprovado que a entidade foi constituída e funciona há mais de um ano, tem personalidade jurídica e sua diretoria é formada por pessoas idôneas, que nada recebem pelos respectivos cargos.

Ressalte-se, ainda, que o art. 8º do seu estatuto determina que o exercício dos cargos de direção e coordenação será inteiramente gratuito, e o parágrafo único do art. 26 preceitua que, no caso de sua dissolução, o patrimônio remanescente será destinado a instituição congênere, juridicamente constituída e registrada no Conselho Nacional de Assistência Social.

Conclusão

Pelo aduzido, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 2.417/2008.

Sala das Comissões, 19 de agosto de 2008.

Hely Tarquínio, Presidente - Sargento Rodrigues, relator - Delvito Alves - Neider Moreira - Sebastião Costa.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.494/2008

Comissão de Saúde

Relatório

De autoria da Deputada Elisa Costa, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública a Associação de Acolhimento aos Dependentes Químicos e Familiares - ADQF -, com sede no Município de Governador Valadares.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.494/2008 pretende declarar de utilidade pública a Associação de Acolhimento aos Dependentes Químicos e Familiares, com sede no Município de Governador Valadares, que possui como finalidade precípua prestar esclarecimentos e assistência aos dependentes químicos e seus familiares, visando a medidas preventivas, bem como à recuperação e reinserção social dos usuários de álcool e outras drogas.

Com esse intuito, acolhe as pessoas com transtornos sociofamiliares decorrentes do uso de substâncias psicoativas, sugerindo tratamentos e freqüência a grupos de ajuda mútua; presta assistência integral a crianças e adolescentes; desenvolve suas atividades em sintonia com a legislação vigente, colaborando com órgãos oficiais e entidades privadas.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título declaratório de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.494/2008, em turno único.

Sala das Comissões, 19 de agosto de 2008.

Hely Tarquínio, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.584/2008

Comissão de Cultura

Relatório

De autoria do Deputado Wander Borges, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública o Conselho de Arte de Sabará - CAS -, com sede nesse Município.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.584/2008 pretende declarar de utilidade pública o Conselho de Arte de Sabará - CAS -, que tem como finalidade precípua

promover e divulgar manifestações artísticas e culturais, além de estimular a melhor convivência entre os moradores locais.

Para a consecução de suas metas, realiza salões de arte, espetáculos musicais e cênicos, concertos, recitais, exposições cinematográficas e exposição de artesanato, luta pela preservação do patrimônio histórico e artístico, firma convênios com órgãos públicos e entidades privadas para subsidiar suas iniciativas e atua na promoção da ética, da cidadania, dos direitos humanos e de outros valores universais.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.584/2008 em turno único.

Sala das Comissões, 19 de agosto de 2008.

Dimas Fabiano, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.622/2008

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do Deputado Antônio Júlio, o projeto de lei em tela tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação de Apoio ao Idoso Raimundo Benevides Filho, com sede no Município de Frei Inocêncio.

A matéria foi publicada no "Diário do Legislativo" de 17/7/2008 e distribuída a esta Comissão a fim de ser examinada preliminarmente quanto aos aspectos jurídico, constitucional e legal, conforme determina o art. 188, combinado com o art. 102, III, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.622/2008 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação de Apoio ao Idoso Raimundo Benevides Filho, com sede no Município de Frei Inocêncio.

Os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública estão enunciados no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998.

Pelo exame da documentação que instrui o processo, constata-se o inteiro atendimento às exigências mencionadas na referida lei, pois ficou comprovado que a entidade é dotada de personalidade jurídica, funciona há mais de um ano e sua diretoria é formada por pessoas idôneas, não remuneradas pelo exercício de suas funções.

Note-se que o estatuto constitutivo da instituição determina no art. 6º que as atividades dos seus Diretores, Conselheiros, instituidores ou sócios não serão remuneradas, sendo-lhes vedado o recebimento de lucros, gratificação ou vantagens, e, no art. 40, parágrafo único, que, na hipótese de sua dissolução, o patrimônio remanescente será destinado a entidade congênere, juridicamente constituída e registrada no Conselho Nacional de Assistência Social.

Conclusão

Pelo aduzido, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 2.622/2008.

Sala das Comissões, 19 de agosto de 2008.

Hely Tarquínio, Presidente - Neider Moreira, relator - Delvito Alves - Sebastião Costa.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.634/2008

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

O Projeto de Lei nº 2.634/2008, de autoria do Deputado Rêmolô Aloise, tem por objetivo declarar de utilidade pública o Vila Nova Futebol Clube, com sede no Município de Carmo do Rio Claro.

O projeto foi publicado no "Diário do Legislativo" de 18/7/2008 e distribuído a esta Comissão a fim de ser examinado preliminarmente quanto aos aspectos jurídico, constitucional e legal, conforme determina o art. 188, combinado com o art. 102, III, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.634/2008 tem por objetivo declarar de utilidade pública o Vila Nova Futebol Clube, com sede no Município de Carmo do Rio Claro.

Os requisitos pelos quais as associações e fundações constituídas no Estado podem ser declaradas de utilidade pública estão enunciados no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998.

Pelo exame da documentação que instrui o processo, constata-se o atendimento às exigências mencionadas na referida lei, pois ficou comprovado que a entidade é dotada de personalidade jurídica, funciona há mais de um ano e sua diretoria é formada por pessoas idôneas, que prestam seus serviços gratuitamente.

Note-se que o estatuto da entidade determina, no art. 43, que, em caso de sua dissolução, o patrimônio remanescente será destinado a instituições congêneres do Município de Carmo do Rio Claro; e, no art. 44, que seus associados, Conselheiros e Diretores não serão remunerados pelo exercício de suas funções.

Conclusão

Pelo aduzido, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 2.634/2008.

Sala das Comissões, 19 de agosto de 2008.

Hely Tarquínio, Presidente - Sargento Rodrigues, relator - Delvito Alves - Sebastião Costa - Neider Moreira.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.639/2008

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do Deputado Alberto Pinto Coelho, o projeto em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Comunitária Educativa Coronel Murtense de Radiodifusão - Ascomecom -, com sede no Município de Coronel Murta.

O projeto foi publicado no "Diário do Legislativo" de 19/7/2008 e distribuído a esta Comissão a fim de ser examinado preliminarmente quanto aos aspectos jurídico, constitucional e legal, conforme determinam o art. 188, combinado com o art. 102, III, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.639/2008 tem por escopo declarar de utilidade pública a Associação Comunitária Educativa Coronel Murtense de Radiodifusão, com sede no Município de Coronel Murta.

Os requisitos pelos quais as associações e fundações constituídas no Estado podem ser declaradas de utilidade pública estão enunciados no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998.

Pelo exame da documentação que instrui o processo, constata-se o inteiro atendimento às exigências mencionadas no referido dispositivo, pois ficou comprovado que a entidade é dotada de personalidade jurídica, funciona há mais de um ano e sua diretoria é formada por pessoas idôneas, não remuneradas pelo exercício de suas funções.

Note-se que o estatuto da entidade determina, no art. 28, que, em caso de sua dissolução, o patrimônio remanescente será doado a associação congênera, juridicamente constituída e registrada no Conselho Nacional de Assistência Social, ou a entidade pública; e, no art. 30, que as atividades dos Diretores, Conselheiros, instituidores ou sócios não serão remuneradas.

Conclusão

Pelo aduzido, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 2.639/2008.

Sala das Comissões, 19 de agosto de 2008.

Hely Tarquínio, Presidente - Neider Moreira, relator - Delvito Alves - Sebastião Costa.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

69ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 12/8/2008

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Deputados e Deputadas, queremos também cumprimentar os alunos da 8ª série do Colégio Santa Marcelina, que nos visitam nesta tarde. Agradecemos a presença de todos os alunos e do corpo docente.

Sr. Presidente, Deputados e Deputadas, gostaria de iniciar meu pronunciamento nesta tarde fazendo a leitura de um trecho da Constituição da República, a Constituição coragem. (- Lê:)

"O homem é o problema da sociedade brasileira: sem salário, analfabeto, sem saúde, sem casa, portanto sem cidadania. A Constituição luta contra os bolsões de miséria que envergonham o País. Diferentemente das sete Constituições anteriores, começa com o homem. Graficamente testemunha a primazia do homem, que foi escrita para o homem, que o homem é seu fim e sua esperança. É a Constituição cidadã."

Fazemos a leitura desse pequeno trecho, Sr. Presidente, que é o preâmbulo da Constituição da República, assinada pelo constituinte Dr. Ulysses Guimarães, para agora iniciar efetivamente nosso pronunciamento. Estamos, Sr. Presidente, diante de uma situação que exige uma interpretação da Constituição da República da forma como a mensagem foi encaminhada. Aqui o Dr. Ulysses Guimarães, que assina o preâmbulo da Constituição da República de 1988, nos traz uma mensagem muito forte, muito significativa, dizendo que a nossa organização, enquanto Poder Legislativo, Judiciário e Executivo, tem um único objetivo: o homem. O homem é o nosso fim e é a ele que temos que assistir. Por isso nós, muitas vezes, como parlamentares, quebramos a nossa cabeça com o intuito de buscar soluções, às vezes difíceis, mas não

impossíveis. Apresentamos, Sr. Presidente, juntamente com o Deputado Ademir Lucas, o Projeto de Lei nº 1.759/2007, cujo objetivo maior é dar o mínimo de segurança jurídica aos agentes de segurança penitenciários do nosso Estado, especialmente os contratados. Estamos vivendo uma situação, Sr. Presidente, que certamente nenhum de nós que tivesse o Sr. Lázaro Bernardes da Silva como parente gostaria de vivenciar. Esse senhor, ilustres companheiros Deputados Doutor Viana, João Leite e José Henrique, com 76 anos de idade, 27 de contrato, foi demitido da Subsecretaria de Administração Penitenciária. Essa é a situação do Sr. Lázaro Bernardes da Silva. Ele completou essa idade no dia 12/7/2008 e, como presente de aniversário, pasmem, senhoras e senhores, recebeu a demissão, o rompimento do contrato. Esse contrato dos agentes de segurança penitenciários é draconiano e maquiavélico. Então, aos 76 anos de idade, com 27 anos de contrato renovado ano a ano, foi demitido. Quando se vê essa demissão, parece que o preâmbulo da Constituição da República não foi lembrado. Não lembraram que o fim é o homem, a quem temos de atingir, especialmente no que diz respeito à dignidade da pessoa humana. Como podemos falar nesse princípio se uma pessoa com um contrato de 27 anos de trabalho é demitida? Ele não recebia bônus, quinquênio, férias anuais, 13º salário, ou seja, estava completamente desamparado. Diferentemente disso, Deputado Eros Biondini, acontece no setor privado, pois o próprio Estado, por meio dos seus poderes e órgãos, como o Ministério Público do Trabalho e a Justiça do Trabalho, pune rigorosamente quando o setor privado demite um servidor no regime celetista. A ele têm de ser dados 13º salário, férias, com 1/3 pago, todo ano, FGTS, contribuição de INSS que conta para a aposentadoria. No caso do Sr. Lázaro, nada disso foi reconhecido. E, senhoras e senhores, não o foi pelo próprio Estado, aquele mesmo que pune veementemente o setor privado.

Então, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público que nos assiste pela TV Assembléia, nossos visitantes, ocupamos a tribuna nesta tarde para fazer um apelo ao Governador Aécio Neves, ao nosso Vice-Governador, Prof. Antônio Anastasia, ao ilustre Secretário Danilo de Castro, que são políticos e têm sensibilidade humana. Se dependermos dos técnicos da Seplog, com certeza o projeto não conseguirá avançar no que é necessário. Apresentamos o Projeto de Lei nº 1.759, de autoria minha e do Deputado Ademir Lucas, porque ele tem o mesmo foco, objetivo e texto do Projeto de Lei Complementar nº 27, que aprovamos, de iniciativa do Governador, transformado na Lei Complementar nº 100, que deu segurança jurídica às professoras e às servais da educação, que viviam sob a mesma égide de contrato, sob as mesmas cláusulas dos chamados designados da educação. Esse projeto tem o mesmo conteúdo. Deputado Doutor Viana, Presidente desta reunião, fizemos aqui uma leitura da Lei Complementar nº 100. Trata-se do mesmo texto do nosso projeto. Foi por inspiração dessa lei complementar que este Deputado e o Deputado Ademir Lucas tivemos a iniciativa de apresentar o Projeto de Lei nº 1.759. Ainda apresentamos uma emenda ao Projeto de Lei Complementar nº 27. Naquele momento, a Liderança do Governo, por intermédio do nosso companheiro Deputado Mauri Torres, solicitou-nos que fizéssemos a retirada da emenda, pois o governo precisava aprovar o projeto na forma em que se encontrava. Atendemos à solicitação do Líder do Governo; todavia, agora solicitamos ao Deputado Mauri Torres, que se encontra na ante-sala deste Plenário, que leve ao Governador essa nossa grande preocupação quanto a esse grave problema social. Afinal há 9 mil Agentes de Segurança Penitenciária contratados, da mesma forma como ocorria com a educação. Disse ao Governador Aécio Neves, da tribuna e em reunião da Comissão de Justiça, da qual também sou membro efetivo, que um determinado jornalista do Rio de Janeiro, numa tentativa de criticar nosso Governador e de levar algumas linhas negativas para a grande mídia, perguntou a este Deputado se o Projeto de Lei Complementar nº 27 não era um trem da alegria. Mais que de imediato, respondi: "Querido jornalista, não se trata de um trem da alegria, mas de um trem da esperança, porque não podemos ficar presos ao texto frio e tecnocrata de alguns dispositivos da lei, porque a lei vive em função do homem, e não o homem em função da lei". Naquele momento, defendíamos veementemente que o Projeto de Lei Complementar nº 27, de autoria do Governador do Estado, tinha de ser aprovado porque não poderíamos permitir que cerca de 100 mil servidoras da educação - professoras, profissionais das secretarias e da área de limpeza das escolas estaduais -, mães, senhoras com cerca de 50, 55, 60 anos de idade, chefes de famílias que precisavam de seus salários para custear o orçamento doméstico, ficassem com uma mão na frente e outra atrás. Esse era o nosso espírito quando apoiamos o projeto de iniciativa do Governador. E agora, com esse mesmo espírito, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, apelamos ao Governador Aécio Neves e ao nosso Vice-Governador Anastasia para que tenham a mesma sensibilidade humana em reconhecer que o nosso projeto, o Projeto de Lei nº 1.759/2007, de autoria deste Deputado e do Deputado Ademir Lucas, tem o mesmo objetivo. Tal projeto não mudou uma vírgula, não inovou nada em relação ao Projeto de Lei Complementar nº 27: o texto é o mesmo. Em nosso Projeto de Lei nº 1.759/2007, art. 1º, consta: "Art. 1º - Considera-se, desde o início da contratação, como designação para o exercício de função pública, na forma do art. 10, § 1º, "a", da Lei nº 10.254, de 20/7/90, a celebração de contrato para prestação de serviços de Agente de Segurança Penitenciária e de Agente de Segurança Socioeducativo."

No inciso I do art. 7º da Lei Complementar nº 100, de 2007, fruto do Projeto de Lei Complementar nº 27, de autoria do Governador, consta: "I - a que se refere o art. 4º da Lei nº 10.254, de 1990, e não alcançados pelos arts. 105 e 106 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado." No inciso IV observa-se: "de que trata a alínea "a" do §1º do art. 10 da Lei nº 10.254, de 1990, admitidos até 16/12/98, desde a data do ingresso."

Portanto, apesar de constarem aqui algumas palavras alteradas, o conteúdo e o objetivo são os mesmos. Queremos para o projeto dos Agentes de Segurança Penitenciária o mesmo que já aprovamos nesta Casa, nas Comissões de Justiça, de Fiscalização Financeira e de Administração Pública.

O Deputado Eros Biondini (em aparte) - Deputado Sargento Rodrigues, agradeço-lhe o aparte, ao mesmo tempo em que o parabeno pelo pronunciamento. Não há como negar essa situação, até mesmo porque a classe dos Agentes Penitenciários tem-nos procurado. Tenho certeza de que eles têm procurado não só este Deputado e V. Exa., mas também os demais parlamentares, para reclamar seus direitos, pedir socorro. Isso acontece sobretudo com aqueles que, conforme ressaltado por V. Exa., têm muito tempo de serviço e hoje estão na iminência de ficar desamparados. Estou certo de que o Governador Aécio Neves, considerando-se sua sensibilidade, já está agindo para resolver essa causa. Acredito que em breve as demandas e os anseios dessa classe serão satisfeitos. Aproveite a oportunidade para cumprimentar os alunos da 8ª série do Colégio Santa Marcelina, que estão aqui na companhia da Irmã Lucieli e da Profa. Aparecida. Adriana, minha esposa, é professora de Educação Física nesse colégio. Há muito tempo a Comissão de Participação Popular aguarda a visita desses alunos aqui à Assembléia Legislativa. No Colégio Santa Marcelina a educação é muito voltada para a cidadania, haja vista a prova que temos agora do interesse dos alunos, dos professores e da diretoria. Por isso, quero cumprimentá-los, ao mesmo tempo em que saúdo V. Exa. Obrigado.

O Deputado Sargento Rodrigues - Agradecemos o aparte do ilustre Deputado Eros Biondini.

Sr. Presidente, para finalizar, já que o meu tempo está-se esgotando, resalto que vamos passar essa questão às mãos do Líder do Governo, Deputado Mauri Torres, a fim de que nos ajude nessa negociação com o governo. É óbvio que, nessa empreitada, contamos com a sensibilidade de cada Deputado desta Casa, porque a causa que ora defendemos é justa, séria. Não podemos deixar que um servidor receba um tratamento enquanto outro que se encontra na mesma situação receba tratamento diferenciado. Não podemos permitir que mais senhoras e senhores, a exemplo do Sr. Lázaro Bernardes da Silva, sejam demitidos depois de 27 anos de contrato. Esse é o apelo que fazemos ao Governador Aécio Neves e ao Vice-Governador Antonio Anastasia. Da tribuna desta Casa, fica, então, registrado o nosso apelo. Obrigado.

O Deputado Antônio Carlos Arantes* - Sr. Presidente, companheiros Deputados, alunos do Colégio Santa Marcelina, telespectadores da TV Assembléia. Na semana passada, aprovamos um projeto muito importante para o produtor rural, de autoria do Deputado Roberto Carvalho. Desde o primeiro momento fiz questão de acompanhar todos os passos desse projeto, denominado Bolsa Verde. Trata-se de uma forma de recompensar, por meio de uma compensação financeira, o produtor rural que preserve o meio ambiente, as nascentes. Para tanto, há R\$1.800.000,00 no Orçamento do Estado, além de 10% do Fhidro, destinados a viabilizar o Projeto Bolsa Verde. Em Minas Gerais são 600 mil propriedades. Portanto, na realidade, os recursos ainda são insuficientes, mas essa é a forma de se legitimar um projeto interessante e ao mesmo tempo viabilizar a consecução de novos recursos no Orçamento. O governo Aécio Neves, por meio de seus assessores e Secretários, e contando com a ajuda de Deputados Estaduais, poderá tornar viável um projeto que visa à preservação ambiental com compensação ao produtor rural. O Projeto Bolsa Verde serve de modelo para o Brasil. Amanhã o Ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, receberá a Confederação Nacional da Agricultura. Na oportunidade, a reserva legal será tema de discussão. O que é reserva legal? Sou produtor rural e também estou muito ligado às questões ambientais. Faço a defesa veemente de que, onde não há árvore, principalmente próximo a nascentes ou nas margens dos rios, é preciso plantar e preservar. As árvores que estão em pé precisam ser preservadas sem cortes. Isso é legal, correto

e deve ser cuidado com carinho pelo produtor rural. Não achamos correto que o governo imponha leis que abranjam 20% da área produtiva do produtor rural e os transformem em área de preservação ambiental, pois é um local onde se produzem alimentos para o cidadão brasileiro, os quais faltam para muitos brasileiros e para cidadãos do mundo todo. Uma lei dessas inibirá o produtor de produzir em 20% de sua área, sem ter nenhuma compensação financeira. É preciso discutir muito sobre a reserva legal dentro da propriedade produtiva. É preciso preservar até muito mais do que os 20% da área verde do País. Pode-se preservar 30, 40, 50%, o máximo possível nos locais que são impróprios a uma agricultura de alta tecnologia e produtividade, porque não podemos abrir mão desse bem tão importante. O produtor rural, além dessa legislação ambiental que o deixa engessado, tem problemas sérios de segurança. Hoje muitos produtores são assaltados e até assassinados em suas fazendas. São humilhados, porque hoje morar no campo não é mais sinônimo de tranquilidade. Roubar o produtor rural é muito mais fácil que roubar um supermercado ou uma pequena lotérica em qualquer cidade. Esta é uma grande preocupação. A cada dia, mais o produtor rural está ficando sem renda para tocar a sua atividade e dar dignidade a sua família, para oferecer condições para que seu filho estude em uma faculdade, para pagar uma escola particular. O produtor rural a cada dia perde sua capacidade financeira e transfere as suas terras. O pior de tudo é que grande parte dessas terras está sendo transferida até para empresas internacionais; são fundos de pensão de outros países que compram as nossas terras ou as arrendam por muitos e muitos anos, deixando ali o produtor sem condição de continuar a produzir. Essa situação muito nos preocupa. Não tenho dúvida de que este ano será talvez pior ainda para a classe produtora, porque os insumos fertilizantes subiram acima de 100%. No ano passado, plantamos uma safra comprando fertilizantes na faixa de R\$800,00 a tonelada, mas neste ano já está a R\$1.600,00, R\$1.700,00, e algumas fórmulas até passando de R\$2.000,00. Os nossos produtos não acompanham o aumento dos insumos. Uma saca de milho está a R\$22,00 e não paga mais o custo de produção. O café é a maior economia agrícola de Minas Gerais e também do Brasil; gera hoje mais de 350 mil empregos. Em Minas Gerais, o café tem um peso fantástico na geração de renda, de emprego e na economia do Estado. A safra hoje está sendo colhida e vendida com custos acima do valor pelo qual estamos conseguindo vender. Isso significa que o custo de produção está elevado e o produtor continuará tendo prejuízo e ficando descapitalizado. A cultura do café é bianual. No ano que vem, a situação será pior ainda, porque, se quisermos manter as nossas lavouras, teremos de adubá-las e colocar ali os insumos básicos. No ano que vem, a safra será muito baixa. No caso, mais uma vez, continuaremos essa escalada morro abaixo, perdendo renda. E o produtor transferirá as suas terras e os seus bens. Nós, da Comissão de Agropecuária - o Deputado Chico Uejo, que é de São Gotardo, está aqui presente e sabe das dificuldades do produtor -, precisamos fazer a nossa parte e ajudar a cobrar do governo federal soluções para os produtores. Não conheço nenhum país do mundo em que o produtor rural conseguiu sobreviver sem subsídios e apoio econômico para que ele tivesse tranquilidade, com o seguro renda. Ele produz porque o povo precisa alimentar-se, mas, muitas vezes, ele paga para produzir e, a cada dia, fica mais asfiziado e sofrido. Essa é uma grande preocupação.

Vejo-nos caminhando de forma acelerada para o empobrecimento, o que não é bom para o nosso Brasil. Mas também devemos falar de coisas positivas. Nestas duas semanas rodamos muito pela nossa região e tivemos a satisfação de ter a parceria do Governador Aécio Neves. Junto à Cohab, inauguramos casas em Botelhos, Pratápolis, além de telecentros em Botelhos, Palmeiral, Cabo Verde e na minha Jacuí. Várias pontes também foram inauguradas. Estamos vendo obras para todo lado, estradas sendo recuperadas e asfaltadas, projetistas fazendo novas rodovias. Enfim, o momento é muito positivo e gera emprego e desenvolvimento na nossa região. Nunca se fez tanta obra no nosso Estado como agora, pelo governo federal e, logicamente, muito mais pelo governo estadual. Estão recuperando rodovias e construindo o trevo da cidade de Pratápolis, reivindicação antiga. Lutamos durante todo o tempo em que estamos aqui na Assembléia para que isso se efetivasse. O trevo já causou a morte de várias pessoas, mas hoje estamos vendo sua recuperação, graças a Deus. A rodovia ficará muito boa. Podemos falar também sobre ações importantes do governo federal, como é o caso da BR-265, que liga São Sebastião do Paraíso à minha cidade de Jacuí, Bom Jesus da Penha, Alpinópolis e Ilícinea. Essa obra é fantástica porque será um eixo de desenvolvimento que ligará o Norte de São Paulo, passando pela região de Batatais, saindo em São Sebastião do Paraíso, vindo em direção à cidade de Alpinópolis e depois à de Boa Esperança, Lavras, até a BR-381, a Fernão Dias. O governo federal tem feito o seu trabalho, há recursos do Orçamento viabilizados também pelo Deputado Federal Carlos Melles, que, desde 2000, no governo Fernando Henrique, conseguiu avanços para essa rodovia. Podemos dizer que naquele mandato ela avançou 60km, e, agora, os outros 160km serão concluídos no governo Lula. Isso é muito importante. Aproveitamos para agradecer ao governo federal.

Temos outras obras importantes da iniciativa privada, com recursos do Sistema S. Juntamente à Fiemg, viabilizamos a implantação do Senai em São Sebastião do Paraíso. As obras estão bastante avançadas, houve parceria com a Prefeitura Municipal, a Câmara de Vereadores e a associação comercial. O nosso Senai atenderá toda a nossa região, isso é muito importante porque falta hoje mão-de-obra qualificada. E a forma que vemos para qualificar a nossa juventude também é por meio do Senai.

Ainda posso dizer que há uma obra muito maior que essa: a construção do Sesc em São Sebastião do Paraíso. Faço um agradecimento especial ao Dr. Robinson, do Sesc da Rua Tupinambás, em Belo Horizonte, ao Dr. Renato Rossi e ao Eng. Carlos. Todos tiveram papel fundamental na construção do Sesc em São Sebastião do Paraíso. A obra está a mil por hora, uma maravilha, e será muito importante para alavancar o desenvolvimento da nossa região. Digo sempre que, com a construção do Sesc, é como se a cidade acertasse na loteria.

O Deputado Almir Paraca (em aparte)* - Gostaria de cumprimentar o nobre Deputado Antônio Carlos Arantes pelo excelente trabalho desempenhado aqui. Concordamos com o conjunto da sua fala, particularmente quando V. Exa se refere ao Sesc. Conheço o Dr. Robinson, acompanho há muitos anos a implantação do Sesc na minha querida Paracatu e sei da importância dessa conquista para toda a cidade.

Gostaria também de fazer a defesa não apenas do Sesc, mas de todo o Sistema S, que permanentemente vem sendo atacado, até por desconhecimento. Existem muitas pessoas que criticam e combatem o Sistema S e querem tirar recursos desse sistema, sem conhecer os benefícios e os dividendos que este proporciona à comunidade, particularmente o Sesc, uma das unidades que o compõem.

Parabéns pela conquista. Vamos cerrar fileiras junto ao nobre Deputado, em defesa do Sistema S e das atividades do Sesc. Muito obrigado.

O Deputado Antônio Carlos Arantes* - Obrigado. Fico feliz quando V. Exa., que conhece e vive a prática do dia-a-dia do Sesc na cidade de Paracatu, faz um depoimento importante como esse. Hoje vemos, com felicidade, o grande avanço do Sesc. Isso só acontece - Deputado Almir Paraca, tenho certeza de que V. Exa. concorda comigo - pela competência da gestão do Sesc-MG, uma vez que ele é deficitário nos outros Estados por causa dos problemas que tem tido. Mas, em Minas Gerais, ele é superavitário. Aliás, quando vamos até o Sesc para conversar e ver como se trabalha, também vemos o quanto se economiza cada real. Economiza-se de tudo, com qualidade e perfeição. Eles realmente sabem o que é importante para o desenvolvimento. Por isso, quando se bombardeia o Sistema S, é porque as pessoas não conhecem a importância do Sistema.

Vemos hoje, no Senai e no Sebrae, tantos e tantos produtores sendo formados na minha região, por isso é fundamental, num momento em que o País precisa de mão-de-obra qualificada e especializada, a participação do Sesc.

Para encerrar, gostaria de voltar à questão das rodovias. A PPP da MG-050 realmente é um projeto inovador e interessante, visto que ela melhorou, e muito, as condições da MG-050, por meio da parceria público-privada com a empresa em Nascente das Gerais, que faz um trabalho brilhante. Aliás, tudo o que foi previsto tem sido executado com qualidade e rapidez. No entanto a nossa grande preocupação é que o tráfego nessa rodovia aumentou muito, e não era o que estava previsto inicialmente. Dessa forma, hoje existem mais carros e caminhões, dada a alta performance da siderurgia. Esse "boom" aumentou a quantidade de caminhões, principalmente de carvão, oriundos do Paraguai, do Mato Grosso do Sul e de Goiás, que passam por essa rodovia. Não é carvão falsificado não, ouviu pessoal! A verdade é que o trânsito aumentou muito e está ficando difícil rodar nessa rodovia.

Aliado a isso, as pessoas também reclamam do custo dos pedágios. Portanto precisamos avaliar essas questões, mas antes faz-se necessário que o governo antecipe investimentos. Temos recursos para isso e precisamos avaliar melhor esse projeto da PPP e ampliar os investimentos o

mais rápido possível. Isso porque eu pude presenciar, não no momento exato em que aconteceu o fato mas depois de poucos minutos, dois acidentes graves. Existem curvas perigosíssimas que ainda não sofreram as interferências necessárias.

Portanto, para encerrar Sr. Presidente, precisamos que seja feita uma reavaliação na PPP da MG-050, a fim de analisarmos uma forma de fazer com que as pessoas que passam, muitas e muitas vezes, nos pedágios, tenham uma compensação por isso. Também precisamos avaliar a oportunidade de se fazerem investimentos mais elevados, que dêem maiores condições de tráfego às pessoas, para que elas não corram tanto risco, conforme tem acontecido. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Almir Paraca* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, novamente gostaria de me pronunciar trazendo à baila a questão do programa Luz para Todos. Daqui para frente, abordarei essa questão em todo pronunciamento, porque não podemos deixar que o atraso nesse programa, fundamental para interiorizar o desenvolvimento, permaneça.

O calendário faz com que o programa esteja interrompido há mais de um ano. As regiões mais empobrecidas de Minas Gerais são aquelas que tiveram menor atendimento até o presente momento.

Queremos recuperar esse atraso; queremos que se faça justiça e que se articule, como pactuado, a atuação do Luz para Todos, principalmente nas áreas mineiras contempladas também por um outro programa federal: Territórios da Cidadania.

Estamos acompanhando o edital de concorrência pública que a Cemig finalmente lançou para contratar as empresas que farão as 55 mil ligações do último contrato. Queremos que esse processo seja acelerado e que a comunidade possa acompanhá-lo bem de perto e garantir o benefício da ligação elétrica no meio rural, que é fundamental para garantir também a produção, evitar o êxodo rural e interiorizar o desenvolvimento.

O Deputado Fábio Avelar (em aparte) - Inicialmente, agradeço o aparte ao Deputado Almir Paraca, aproveitando para cumprimentá-lo por levantar essa questão tão importante para todos nós, mineiros. Tenho certeza de que, com as últimas licitações e contratações, poderemos solucionar todos esses problemas.

Mas quero também, Sr. Presidente e Deputado Almir Paraca, fazer uma referência ao dia de ontem, 11 de agosto, quando comemoramos o Dia do Advogado. Queremos que se registre nesta Casa a referência a esse dia tão importante e ao trabalho que todos esses homens e mulheres, advogados e advogadas, prestam para a consolidação de um país mais justo. Assim, nesta oportunidade, queremos cumprimentar todos eles, por meio de sua entidade, a OAB, tão importante e tão bem presidida pelo Prof. Raimundo e pelo Diretor Joel, encaminhando a todos os advogados o nosso abraço e reconhecimento pelo trabalho prestado. Muito obrigado.

O Deputado Almir Paraca - Somos nós que agradecemos ao Deputado Fábio Avelar.

Retomando a palavra, gostaríamos de trazer a público, neste instante, um manifesto à Nação, da Federação Nacional dos Jornalistas - Fenaj. Sabemos que o assunto está em curso há quatro anos, nos tribunais desde então, e agora a Fenaj promove uma ampla campanha em defesa da formação e regulamentação profissional dos jornalistas. Sabemos também da importância da imprensa para a democracia, e queremos reafirmar a nossa defesa, com a Fenaj, de que a qualificação e a capacitação dos profissionais da imprensa, dos jornalistas, é componente decisivo e fundamental para garantir-se um jornalismo sério, imparcial, isento, plural - múltiplo - e, certamente, pautado pela ética. Passo à leitura do manifesto à Nação da Fenaj, intitulado "Em defesa do jornalismo, da sociedade e da democracia no Brasil". (- Lê:)

"A sociedade brasileira está ameaçada numa de suas mais expressivas conquistas: o direito à informação independente e plural, condição indispensável para a verdadeira democracia. O Supremo Tribunal Federal - STF - está prestes a julgar o Recurso Extraordinário nº 511961, que, se aprovado, vai desregulamentar a profissão de jornalista, porque elimina um dos seus pilares: a obrigatoriedade do diploma em curso superior de jornalismo para o seu exercício. Vai tornar possível que qualquer pessoa, mesmo a que não tenha concluído nem o ensino fundamental, exerça as atividades jornalísticas.

A exigência da formação superior é uma conquista histórica dos jornalistas e da sociedade, que modificou profundamente a qualidade do jornalismo brasileiro. Depois de 70 anos da regulamentação da profissão e mais de 40 anos de criação dos cursos de Jornalismo, derrubar esse requisito à prática profissional significará retrocesso a um tempo em que o acesso ao exercício do jornalismo dependia de relações de apadrinhamentos e interesses outros que não o do real compromisso com a função social da mídia.

É direito da sociedade receber informação apurada por profissionais com formação teórica, técnica e ética, capacitados a exercer um jornalismo que efetivamente dê visibilidade pública aos fatos, debates, versões e opiniões contemporâneas. Os brasileiros merecem um jornalista que seja, de fato e de direito, profissional, que esteja em constante aperfeiçoamento e que assuma responsabilidades no cumprimento de seu papel social.

É falacioso o argumento de que a obrigatoriedade do diploma ameaça as liberdades de expressão e de imprensa, como apregoam os que tentam derrubá-la. A profissão regulamentada não é impedimento para que pessoas - especialistas, notáveis ou anônimos - se expressem por meio dos veículos de comunicação. O exercício profissional do jornalismo é, na verdade, a garantia de que a diversidade de pensamento e opinião presentes na sociedade esteja também presente na mídia.

A manutenção da exigência de formação de nível superior específica para o exercício da profissão, portanto, representa um avanço no difícil equilíbrio entre interesses privados e o direito da sociedade à informação livre, plural e democrática. Não apenas a categoria dos jornalistas, mas toda a Nação perderá se o poder de decidir quem pode ou não exercer a profissão no País ficar nas mãos desses interesses particulares. Os brasileiros e, neste momento específico, os Ministros do STF não podem permitir que se volte a um período obscuro em que existiam donos absolutos e algozes das consciências dos jornalistas e, por consequência, de todos os cidadãos!". Assinam a Federação Nacional dos Jornalistas - Fenaj - e os sindicatos de jornalistas de todo o Brasil.

Sr. Presidente, queremos convidar os nobres pares para que assinem um abaixo-assinado que está circulando na Casa em apoio à regulamentação e à defesa que a Fenaj faz da profissão dos jornalistas.

Por último, Sr. Presidente, gostaríamos de trazer alguns dados a respeito do ProUni, programa que vem democratizando o acesso à universidade, ao Ensino Superior no Brasil, criado pelo governo Lula, em 2004, e instituído no início de 2005. Por meio de alguns incentivos fiscais, as instituições privadas de ensino superior garantem bolsas integrais e parciais a milhares de jovens de baixa renda - a renda "per capita" familiar máxima é de três salários mínimos para selecionar e fazer o recorte do público-alvo do ProUni. É um programa também que conta com um sistema de seleção informatizado e impessoal, o que dá transparência e segurança ao processo. Em todo o Brasil - em Minas

Gerais, de maneira muito especial, pois há quase 10 mil bolsistas do ProUni em nosso Estado -, os candidatos são selecionados pelas notas obtidas no Exame Nacional do Ensino Médio - Enem -, conjugando-se, desse modo, inclusão social, oportunidades, qualidade e mérito dos estudantes com os melhores desempenhos acadêmicos. O ProUni oferece também ações conjuntas de incentivo à permanência dos estudantes nas instituições. Associado ao ProUni, os alunos que concorrem às bolsas parciais têm no Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - Fies - a oportunidade de complementar o financiamento da bolsa, alcançando 100% de financiamento ou a bolsa integral, garantindo que a mensalidade seja plenamente coberta na articulação com os dois programas - ProUni e Fies.

Desde o início, em 2005, até a seleção efetuada no início deste ano, cerca de 385 mil estudantes foram contemplados pelo ProUni, sendo 270 mil com bolsas integrais. Os dois programas, ProUni e Fies, compõem, como muitas outras ações, o Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE - e têm ampliado, efetivamente, as oportunidades para milhares de jovens no Brasil. Esses programas, essas ações, têm expandido as oportunidades, democratizando, assim, o acesso ao ensino superior para a nossa juventude.

O Programa Universidade para Todos, somado à expansão das universidades federais e ao Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - Reuni -, ampliam significativamente o número de vagas na educação superior. Associado ainda a esse esforço, a rede do Cefet praticamente quadruplicou nesses últimos anos, em todo o Brasil, unindo, assim, ensino e formação técnica de excelente qualidade. Como se sabe, a maioria das unidades do Cefet já oferece cursos superiores de tecnologia. Portanto o esforço do governo federal em relação à expansão da educação tem melhorado significativamente o acesso ao ensino público superior. Sabemos que essa mesma oferta tem-se ampliado em todos os estágios, desde o ensino básico, fundamental, ao ensino médio. Portanto, daqui para a frente, é preciso melhorar a qualidade da educação, a qualidade do ensino ofertado.

Há pouco, contamos com a visita dos alunos do Colégio Santa Marcelina. Um dado importante apresentado aqui é o índice de aprovação dos alunos desse Colégio no Enem. Pode-se constatar que a rede privada, na sua grande maioria, oferece um ensino de melhor qualidade. As pesquisas, os levantamentos internacionais feitos periodicamente, principalmente pela ONU, revelam uma estatística desfavorável para o Brasil. De acordo com as pesquisas, os nossos alunos, seja de escolas públicas, seja de escolas privadas, não obtiveram uma boa classificação em relação aos alunos de outros países do mundo. Esse é um "ranking" desfavorável para o Brasil, e precisamos melhorar a qualidade da educação, principalmente da pública, a fim de consolidar todo o esforço de desenvolvimento, pois, como sabemos, desenvolvimento de fato, efetivo e profundo, consegue-se a partir de uma educação de qualidade. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado João Leite* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembléia, cidadãos e cidadãs que nos acompanham no Plenário da Assembléia Legislativa nesta tarde, gostaria de compartilhar com esta Casa, Sr. Presidente, que tivemos a oportunidade, no sábado, de acompanhar no Mineirinho, em Belo Horizonte, o primeiro Circuito Mineiro de Xadrez Escolar, com a participação recorde histórica de 1.500 atletas de xadrez de escolas públicas de Minas Gerais. Esse evento foi histórico. Tenho a alegria de lembrar que, quando Secretário de Desenvolvimento Social e Esportes, junto com o Heleno, Subsecretário de Esportes, iniciamos a prática do xadrez na escola. Por meio dos Centros Públicos de Promoção do Trabalho, nas oficinas, confeccionávamos os tabuleiros e as peças. À época, iniciamos o trabalho com 70 escolas da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Elas receberam os tabuleiros, as peças, e a Secretaria, com a Federação Mineira de Xadrez, capacitou os professores para que pudessem ensinar xadrez aos alunos das escolas públicas. Para nossa alegria, o trabalho culminou no segundo maior evento da história do xadrez no Brasil. Anteriormente, realizou-se em São Paulo um encontro de aproximadamente 1.700 a 1.800 enxadristas. E agora houve esse encontro do Circuito Mineiro de Xadrez, que contou com a participação de 1.500 enxadristas. Vale a pena lembrar o trabalho à época do Presidente da Federação Mineira de Xadrez, Estevão Bakô, e da Luciana Sepúlveda, Diretora dessa Federação, a qual é uma lutadora. Nós, da Assembléia Legislativa, sempre nos lembraremos, especialmente nas revisões do PPAG, daqueles que estiveram aqui para defender, no projeto estruturador do esporte, essa ação, xadrez na Escola. A Diretora Luciana Sepúlveda foi muito combativa. Quero lembrar também o nosso árbitro de xadrez, Júlio Lapertosa, que é tão importante nessa luta para que nossas crianças e nossos adolescentes tenham acesso ao xadrez. É importante salientar a realização desse evento no sábado, na quadra do Mineirinho, que contou com 1.500 enxadristas, com tabuleiros de xadrez, com árbitros, e o silêncio foi total. Esse esporte é diferenciado. Todos os atletas estavam concentrados. A exigência do jogo é concentração para que o atleta possa dar-se bem na competição. Algumas histórias nos emocionaram. Cito a de um estudante de escola do interior de Minas Gerais que foi a cavalo até sua cidade, pois no dia não havia transporte escolar, para pegar o ônibus e participar do evento em Belo Horizonte. Lembro também a manifestação de vários estudantes de Minas Gerais. O jornal "Estado de Minas" traz algumas manifestações de vários estudantes mineiros, como a de Iago Augusto Faria, de 10 anos, morador de Conceição do Rio Verde, no Sul de Minas. Ele estava animado para dar o xeque-mate no adversário. Ele é aluno da 5ª série da Escola Estadual Dom Oto Mota. Iago disse que aprendeu a jogar xadrez há dois anos e se entusiasmou: "É muito bom para melhorar o raciocínio e aprender matemática".

Então, Deputado André Quintão, quero compartilhar com V. Exa. essa alegria. A cada ano, quase que solitários na Comissão de Participação Popular, lutamos para manter o xadrez na escola. Isso vem acontecendo desde 2003, e vemos a vitória dos nossos alunos da escola pública. Talvez Venda Nova seja o lugar mais especial, onde há o maior número de jogadores de xadrez de escolas públicas. Os nossos professores das escolas estaduais estão realizando um trabalho maravilhoso. E aqui está a manifestação de uma das alunas, Taís Larissa Gomes, de 14 anos, 8ª série da Escola Estadual Armando Ziller, do Bairro Mantiqueira, na região de Venda Nova. Ela conta que, com a prática regular do xadrez, seu rendimento foi melhor em todas as matérias. Ela diz que suas notas estão muito boas, comprovando a importância do xadrez para melhorar o raciocínio e a inteligência. Então o reconhecimento por parte dos pais do desempenho dos filhos na escola e o reconhecimento dos próprios alunos, bem como seu melhor desempenho na escola, são gratificantes. Portanto ficamos muito felizes.

Tive oportunidade de estar no Mineirinho, no sábado, vendo o sucesso do xadrez em Minas Gerais. Nosso Estado já nos deu um campeão nacional de xadrez, oriundo de uma escola estadual. Isso é uma alegria para todos nós, uma alegria para a Assembléia Legislativa, que vem fazendo da revisão do Plano Plurianual uma maneira de intervir. E nesse caso a Assembléia tem intervindo, tornando uma política pública numa arma, num instrumento poderoso, num aliado dos estudantes das nossas escolas públicas. Quero fazer esta homenagem a todos que estão envolvidos, à Secretaria de Educação, aos professores da rede pública. Ontem me encontrei com um dos professores de xadrez das nossas escolas públicas. Pude acompanhar sua alegria ao ver o clube de Venda Nova, formado por diversas escolas, indo tão bem nos circuitos de xadrez. Neste ano ainda teremos mais uma competição em Minas Gerais, com a presença dos nossos estudantes de escolas públicas. Essa é uma grande vitória da Federação Mineira de Xadrez, uma vitória das pessoas que acreditam nisso. Tenho de agradecer ao Governador Aécio Neves, que, interessado, liberou os recursos para que acontecesse esse Circuito Mineiro de Xadrez, no Mineirinho. Quero relembrar os Deputados que teremos a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental. Vale a pena lutarmos para que seja mantido o xadrez na Escola no programa estruturador do esporte. Ele é fundamental, e tem atendido não somente a região metropolitana, que foi o início, uma vez que muitos Municípios estavam representados no Circuito Mineiro de Xadrez. Então teremos, na revisão do Plano Plurianual, a oportunidade de continuar mantendo essa ação tão importante para as nossas escolas. Vale ressaltar ainda que, no Circuito Mineiro de Xadrez, a presença da Secretaria de Educação, na pessoa da Subsecretária Raquel, acompanhando e vendo o sucesso que tem sido o xadrez na Escola, é muito importante. Essa foi uma grande oportunidade para nossos jovens, participar desse esporte que contribui tanto para a melhoria das nossas crianças e dos nossos adolescentes nas escolas. Foi interessante acompanhar as crianças de 7, 8, 10 anos, praticando esportes, jogando o xadrez. Elas estão tendo a oportunidade de melhorar o raciocínio, a inteligência e, como bem disse o nosso juvenzinho Iago, de Conceição do Rio Verde, melhorar as notas na escola.

Sr. Presidente, queria encerrar meu pronunciamento para dar oportunidade ao Deputado André Quintão de fazer uma manifestação. Mas gostaria, nesta tarde, de registrar o avanço do xadrez em Minas Gerais, especialmente dentro da escola pública. Não tenho dúvidas de que a melhoria do rendimento das nossas crianças e adolescentes das escolas estaduais de Minas Gerais se deve ao xadrez na escola. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado André Quintão* - Sr. Presidente, Deputados e Deputadas, inicialmente gostaria de agradecer a gentileza do Deputado João Leite em ceder parte dos seus minutos para que este Deputado pudesse fazer aqui uma grave denúncia, um grave alerta. Mas antes gostaria, Deputado João Leite, de cumprimentar V. Exa. e sua assessoria, o Heleno, pelo empenho em todas as discussões públicas sobre o Plano Plurianual e também nas revisões desse PPAG, em relação sobretudo à área de esportes, com várias ações, projetos estruturadores, recursos ampliados com a participação de V. Exa. e de todas essas entidades que confiam e acreditam no trabalho realizado pela Assembléia.

Venho aqui, mais uma vez, infelizmente para fazer uma denúncia e um alerta grave, Deputado Carlin Moura. No dia 10 de agosto, domingo, por volta das 19 horas, no Município de São João das Missões, no Norte de Minas Gerais, mais um brutal assassinato de um indígena xacriabá. Edson Dourado Leite, de aproximadamente 21 anos, morador da aldeia Riachão, foi agredido com uma facada no peito, vindo a falecer no local. Isso ocorreu no último domingo, dia 10 de agosto, no Município de São João das Missões. Segundo Luiz Dourado, irmão da vítima, líder xacriabá, algumas pessoas estavam próximas à praça de esportes do Município quando o agressor, sem que houvesse nenhum tipo de discussão com a vítima, o atingiu com um golpe de faca. A vítima era casada; deixou uma filha de 10 meses e a esposa grávida. Lideranças xacriabás afirmam que o crime retrata o tamanho da discriminação e do preconceito contra os índios. Além disso, o crime ocorre no momento em que a disputa eleitoral no Município começa a se acirrar. Tudo indica, e é suspeita das lideranças xacriabás, que houve motivação política por trás desse brutal assassinato, que aliás está cercado de uma onda de ameaças e violências que vêm aumentando constantemente contra o povo xacriabá na região. Vale lembrar que o povo xacriabá vem travando uma intensa luta para reaver mais uma parte do seu território. Já em 2007, outros dois indígenas também foram assassinados fora do seu território. A brutalidade e as razões por que têm ocorrido esses assassinatos assustam. As lideranças vêm denunciando a situação à Polícia Militar, ao Ministério Público Federal, à Comissão de Direitos Humanos, à Polícia Federal e à Funai, mas as medidas efetivamente ainda precisam ser tomadas.

Lá, em 2007, foi realizada uma audiência pública coordenada pela Comissão de Segurança Pública desta Assembléia, tão bem presidida pelo Deputado Sargento Rodrigues, na qual o tema principal foi violência e discriminação contra o povo xacriabá. Vale registrar que o assassino de Avelino Nunes de Macedo foi absolvido e está em liberdade. Essa decisão deixou os indígenas à mercê de toda fúria antiindígena. O clima na cidade é tenso, e a indignação dos índios é muito grande.

Venho aqui, Sr. Presidente Deputado João Leite, primeiro, denunciar mais esse homicídio contra um irmão integrante do povo xacriabá, manifestar a nossa irrestrita solidariedade a esse povo, em especial ao companheiro José Nunes de Oliveira, indígena, Prefeito de São João das Missões. Aproveito para dizer que ele também, Prefeito José Nunes, e o Cacique Domingos, também há algum tempo, estão sofrendo ameaças de morte.

Neste momento em que nos solidarizamos com o povo xacriabá, solicitamos desta tribuna uma rigorosa apuração do homicídio. Não podemos conviver, nesta altura da nossa vida democrática, com um assassinato dessa natureza. É preciso que todo o sistema de segurança pública, que as Polícias Federal, Civil e Militar rapidamente apurem e identifiquem responsabilidades. Se a motivação e a responsabilidade forem de natureza política, que se tomem as devidas providências para que o pleito eleitoral em São João das Missões, hoje governada por um indígena, Prefeito José Nunes, transcorra dentro da normalidade democrática. É preciso garantir todas as condições para o livre exercício do voto por parte de todos os que estão alistados eleitoralmente no Município de São João das Missões, principalmente dando garantias de total segurança para as lideranças, para aqueles que hoje representam os anseios do povo xacriabá.

Sr. Presidente, na semana passada vim a esta tribuna para dizer que, há alguns meses, eu denunciava a situação no Centro de Internação Provisória - Ceip. Infelizmente, na semana passada, mais um adolescente foi assassinado dentro daquele centro. Então, hoje, Deputado Eros Biondini, dia 12 de agosto, venho aqui, desta tribuna, lamentar o assassinato de mais um indígena xacriabá e também solicitar com veemência a apuração, a punição e a garantia em São João das Missões do livre exercício democrático de escolha de todos aqueles que ali habitam, que fazem daquela terra o seu lugar, o seu berço existencial e cultural, tão importante para a constituição do Estado brasileiro.

Fica aqui, então, a nossa solidariedade ao povo xacriabá. Esperamos que as Polícias Federal, Civil, Militar e que o governo de Minas tomem as devidas providências, assim como o governo federal. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 18/8/08, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado José Henrique

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 9/8/08, que nomeou Maydson Serrano Oliveira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 8 horas.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, e 5.179, de 23/12/97, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando Lorena Alves Ferreira de Carvalho para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BSD;

nomeando Raimundo Nonato da Silva para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BSD.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 19/2008

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2008

Objeto: aquisição de diversos materiais de escritório.

Pregoante vencedor: Luisagnes Comércio e Distribuição de Materiais Ltda. - ME (lote 5).

Belo Horizonte, 19 de agosto de 2008.

Eduardo de Mattos Fiuza, pregoeiro.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 39/2008

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 34/2008

Objeto: aquisição de poltronas giratórias. Pregoante vencedor: AWD Conexão Serviço e Comércio Ltda. ME.

Belo Horizonte, 19 de agosto de 2008.

Eduardo de Mattos Fiuza, pregoeiro.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 63/2008

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 57/2008

Objeto: contratação de empresa para a prestação de serviços técnicos de instalação, desativação e mudança de pontos da rede corporativa da ALMG.

Pregoante vencedor: Tecnosys Informática Ltda.

Belo Horizonte, 19 de agosto de 2008.

Eduardo de Mattos Fiuza, pregoeiro.